



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

A POLITIZAÇÃO ESCOLAR: EDUCANDO PARA A NORMA

Keila de Sousa Freire; Cilene Pereira Maximiano.

Universidade Estadual da Paraíba (Keila-de@hotmail.com)

Universidade Estadual da Paraíba (cilenemaximiano@hotmail.com)

Resumo

A sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle da sociedade. Esse dispositivo é uma formação histórica e social, logo, segue as normatizações vigentes. A ordem social (política) e a escola são mecanismos que operam fortemente no campo das sexualidades. Dessa forma, este trabalho historiciza os discursos sobre o corpo educado e analisa como a instituição escolar transmite e reage diante da heteronormatividade e das múltiplas identidades que configuram o contexto educacional.

Palavras – chave: Política, sexualidade, Educação, diversidade.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INTRODUÇÃO

Sexualidade, assunto privado de discussões e questionamentos, é uma construção social que dita, propaga e divulga normas a serem seguidas pelos que compõem a sociedade. A norma heterossexista nem sempre foi a única valorizada, porém foi cristalizada por instituições como as igrejas, famílias tradicionais e também as escolas. Os inúmeros fatores como geração, classe social, religião e sexo seriam marcas sociais que promoveram essa classificação.

A instituição escolar, portanto, é uma instituição que (des) forma a identidade pessoal. O corpo educado é enunciado e estabelecido de maneira que aquilo que foge à sua regra é passível de estigmatização e discriminação.

Desta forma, nosso trabalho gere, primeiro, sobre a forma como se chegou a essa normatização e, segundo, como a Escola e seus profissionais lidam com a diversidade sexual dentro das salas de aula. Sexualidade e Educação, portanto, são as duas vertentes aqui analisadas.

Em uma pesquisa de caráter bibliográfico, LOURO (2000, 1998, 2008), VASCONCELOS (1971) foram consultados com o objetivo de integrarmos o contexto histórico e educacional. Situar, discutir e contribuir nessa tão importante relação faz com que este trabalho seja uma forma questionamento pessoal e social acerca do que é educar e formar pessoas.

POLÍTICA DE IDENTIDADE E CULTURA

O lugar do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. A sociedade humana é histórica, muda conforme o padrão de desenvolvimento da produção, dos valores e normas. Na medida em que ocorre a transformação, atinge as representações de gênero, que constituem os papéis de cada um em seu modelo de ser. É uma construção cultural que transcende os séculos, passando pelas



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

representações transmitidas de geração em geração e que, constituída em “cultura”, define o lugar do homem e da mulher com espaços diferenciados e incompatíveis. De acordo com Vasconcelos:

“Cada indivíduo é fundamentalmente neutro se o considerarmos no nível de uma sexualidade propriamente humana. O ‘ser homem’ e o ‘ser mulher’ são criações da vida social, é ela que diferencia.” (1971, p. 75).

A questão de gênero é, antes de tudo, uma construção social e uma realização cultural. Essa construção sexista masculino/feminino coloca evidentemente o primeiro elemento em superioridade, propagando a noção simplista de homem dominante *versus* mulher dominada. A construção do real e o domínio do mundo colocam em evidência o papel que as representações assumem na dinâmica das relações práticas, sociais, cotidianas e se explicam através das diferentes funções assumidas pelas representações sociais. Neste caso as funções se formam e se modificam a partir do que foi absorvido pelas mulheres durante o percurso da sua vida.

A pessoa na sociedade depende da sua história de vida, através dos conhecimentos de sua experiência a determinada questão, aspecto ou situação de acordo com a história já existente. Dessa forma, através da experiência adquirida secular, são construídos os símbolos e significados que permitem aos indivíduos de um determinado grupo interpretar a ação recebida frente às suas necessidades.

A existência de gêneros produz uma distribuição variável, alheias às vontades dos envolvidos, baseada em sexo, classe e raça, sendo que essa relação depende de uma visão particular, atribuindo a cada um, o seu lugar, de acordo com os atributos que possui e se dá através da dinâmica das relações sociais.

Tradicionalmente, os homens são conduzidos à condição de provedor da família, sentindo-se obrigados ao trabalho fora de casa, enquanto as mulheres sentem necessidade de



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ficar junto aos filhos, não sendo fundamentalmente uma condição da natureza do sexo. Assim, a mulher, ingenuamente, acredita que seu lugar mais importante é o lar, que nasceu para ser mãe, que deve sacrificar-se pelos filhos e ser fiel ao marido.

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, "normais" (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos "outros" (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. (LOURO, 2000, p.9).

A "política de identidade" de modo geral, são processos de construção através dos quais os indivíduos vão se definindo em relação aos outros. Nesse cenário aparece o debate sobre as políticas de identidade que somente podem ser enunciadas dado que vivemos numa sociedade multirracial e multicultural, ou seja, nem um mundo de diferença. É nessa atmosfera social que surge a pergunta "quem você é?", logo, as políticas de identidade são um modo de compreender ações coletivas e individualizadas de uma forma que problematize as experiências de vida das pessoas socialmente vindas da exclusão.

"No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). (LOURO, 2008, p.5).

O complexo e o embate cultural é justamente admitir o lugar social, a posição que difere da norma se torna complicada pela forma da posição. Diante disso os padrões que fogem à regra entram em conflito com representação e aceitação diante dos setores sociais. Desde o medievo a posição católica oficial e histórica é a de que as mulheres não podem ser padres ou bispos devido à doutrina de sucessão apostólica. Segundo a igreja, os padres e os bispos são sucessores dos apóstolos e, uma vez que Jesus Cristo escolheu apenas homens para o seu grupo de doze apóstolos, só homens podem se tornar padres e bispos.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

O princípio de comparação enquanto momento da atividade cognitiva pode ser considerado ligado ao processo de construção do conhecimento. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podem descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais.

As separações e os (re) casamentos vão transformar a estrutura familiar de hierárquica em rizomática numa rede de entrelaçamentos que dilui o autoritarismo patriarcal, mas também a autoridade do pai enquanto Lei. O homem perde o seu papel de provedor, não tem mais emprego, mas a mulher e os filhos têm subempregos. Se antes o lar não era o seu lugar, mas o da mulher, agora o espaço social também não o é. A televisão toma o seu lugar na apresentação do mundo a seus filhos, e a tecnologia automatizada é mais compreensível para suas crianças do que para ele, tornando seu desemprego permanente. Não aprendeu a cuidar, isso era tarefa das mulheres, não sabe cuidar dos filhos e nem mesmo de seus próprios sentimentos. Sem ter palavras para elaborar o que acontece, torna-se violento.

Os que sobrevivem às exigências do mercado entram em um consumismo oferecido e exigido como forma de sobrevivência social. O modelo masculino do machão fálico-narcisista torna-se cada vez menos fálico e mais narcisista. O estereótipo de mulher continua sendo o da histérica, mas não mais o da mulher nervosa, e sim o da sedutora que despreza. O olhar no infinito de todos os modelos não dá a menor chance de se estabelecer contato, apenas de se desejar o inatingível. Pois o desejo oferecido não foi feito para ser saciado.

Estamos vivendo uma época onde muito rapidamente se transformam as condições onde se configuram as sexualidades, as condições atuais são muito distintas das de 25 anos atrás, uma única geração. Por outro lado, a sexualidade traz em si uma inércia garantida por suas formas culturais de reprodução que faz com que muitas das características do período colonial ainda estejam bastante arraigadas. Com os estímulos se alterando muito mais



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

rapidamente que os tempos de adaptação, surgem um panorama complexo e conflitante no qual as teorias mais lineares se tornam reducionistas. Os próprios conflitos existentes vão promovendo uma série de alternativas de desdobramento futuro, tornando difícil prever ou mesmo antever que rumos serão trilhados.

O CORPO EDUCADO: A PROPAGAÇÃO DA POLÍTICA HETEROSSEXISTA E A (DES) CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Investigar sobre a sexualidade humana é, para Foucault 2007, pensar sobre três vertentes que a compõem: a constituição dos saberes, que a ela se remetem; os esquemas de poder que autorizam a sua prática e os modos pelos quais os sujeitos podem e devem se admitir como indivíduos dessa sexualidade.

A sexualidade, como sendo tabu, sempre foi vigiada pelo patriarcalismo de instituições como igrejas, escolas e até o mercado de trabalho por empresas que buscam “manter valores sólidos da sociedade tradicional”. Esse monitoramento adentra as pessoas e elas próprias começam a se policiar como forma de se integrarem à sociedade.

As verdades cristalizadas institui o comportamento. As relações binárias (homem/mulher, heterossexual/homossexual) são propagadas como forma de valorização e estigmatização respectivamente.

“Segundo Corringan (p.210), os corpos são ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos (...)” (LOURO, 2000, p.11)

A norma (heterossexual) é um princípio de comparação e só a partir dela é constituída o padrão aceitável. Nesse contexto, a instituição escolar tem grande função na formação dos indivíduos, porém, como as outras, está perpassando e promulgando valores questionáveis, subjetivos e ultrapassados. O ambiente escolar é responsável por formar seres sociais (e nisto



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

está incluso a sexualidade), entretanto se abstém apenas ao que já é divulgado fora de seus portões.

Os parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) sobre a construção social que é a sexualidade, diz:

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. Há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Pode-se notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de uma professora desperta nos alunos menores. Os adolescentes testam, questionam e tomam como referência a percepção que têm da sexualidade de seus professores, por vezes desenvolvendo fantasias, em busca de seus próprios parâmetros. Todas essas questões são expressas pelos alunos na escola. Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. (BRASIL, 1997, p. 08).

Dessa maneira, a sexualidade deve ser inserida de forma inclusiva em seus currículos. Em contrapartida, segundo Louro (2000, p. 20-21): “A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo — inato a todos — deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos.”

O professor, mesmo que de forma inconsciente, conduz as regras de comportamento dos alunos e a escola se transforma em um lugar de (des) construção identitária. Enquanto crianças e jovens eles desprezam, de forma intencional ou não, a forma como contraíram tais valores e admite como única verdade a relação binária de homem/mulher e sua função na sociedade.

A escola institucionaliza e politiza um fator social que emerge justamente dentro de seu espaço. O cotidiano desse ambiente segrega as diferenças e as torna objeto de silêncio e problema.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

a sexualidade que é geralmente apresentada na escola está em estreita articulação com a família e a reprodução. O casamento constitui a moldura social adequada para seu 'pleno exercício' e os filhos, a consequência ou a bênção desse ato. Dentro desse quadro, as práticas sexuais não reprodutivas ou não são consideradas, deixando de ser observadas, ou são cercadas de receios e medos. A associação da sexualidade ao prazer e ao desejo é deslocada em favor da prevenção dos perigos e das doenças. Nesse contexto que centraliza a reprodução, os/as homossexuais ficam fora da discussão (...). A homossexualidade é virtualmente negada, mas é, ao mesmo tempo, profundamente vigiada (LOURO, 1998, p. 41).

O círculo vicioso dos ensinamentos da sociedade que passa para a escola e da escola que passa para a sociedade, no que tange à sexualidade, provoca a violência psicológica, episódios de preconceito e como consequência a evasão escolar. A escola pratica a pedagogia do disciplinamento de corpos de uma forma contínua, sutil, porém quase sempre, eficiente e duradoura e isso causa um problema ainda maior da (des) formação da identidade dos alunos: a homofobia.

“Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse "contagiosa", cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é, muitas vezes, o que Peter McLaren (1995) chamou de um apartheid sexual, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos/das homossexuais como pelos/as próprios/as.” (LOURO, 2000, p. 19-20)

As sociedades de forma geral apostam muito nas escolas como o melhor ambiente para formação de cidadãos. Mas que cidadãos estão sendo formados por uma instituição que propaga o preconceito e discriminação em várias vertentes da formação? A normatização dos seres tira o poder da consciência do seu próprio ser e fabrica homens e mulheres unilaterais e categorizados.

A ausência da fala para garantir a perpetuação da norma nas escolas deve ser urgentemente repensada. A formação continuada do professor precisa refletir a diversidade presente nas salas de aula e a sociedade como um todo necessita encarar a pluralização de



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

seus indivíduos como uma natural característica do ser humano. É preciso que os espaços se expandam, que as normas se multipliquem e deixem de ser apenas “a norma”.

CONCLUSÃO

Aqui objetivamos contextualizar e discutir a construção normativa da sexualidade e as relação com a Educação. O conflito, então, gera em torno da permanência, consciente ou inconsciente, da norma que exclui, acusa e desconstrói identidades justamente no seu período de formação.

As respostas aqui encontradas indicam a urgência exigida por uma formação integrada e continuada que contemple a diversidade, seja de qual instância for. Do profissional da Educação é exigida uma visão multifacetada para abraçar as diferentes realidades. Educação e sexualidade: manifestações representativas e que necessitam ser complementares.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Parâmetros curriculares nacionais. Pluralidade, cultura e orientação sexual. Temas transversais. v.10.MEC. Brasília. 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. 2008. 17-23 p.
_____. O Corpo Educado pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 127 p.

_____. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1998. 184 p.

VASCONCELOS, Naumi. Os dogmas sexuais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.